

# 2024



## Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI



M433a

Matos, Nelson Juliano Cardoso; Lima, Éfren Paulo Porfírio de Sá; Araújo Neto, Raul Lopes de; Matos, Deborah Dettmam.

Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI. Teresina: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI, 2024.

74 p.

ISBN

Normalização bibliográfica. 2. Mestrado. 3. Dissertações. I. Matos, Nelson Juliano Cardoso Matos. II. Programa de Pós-Graduação em Direito.

CDD - 001.42

# apresentação

---

Este Anuário do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI contém a descrição das principais informações sobre a estrutura e sobre a dinâmica do Curso de Mestrado em Direito da UFPI. Ao final, contém, também, um roteiro útil ao mestrando com informações básicas sobre as principais rotinas acadêmicas, desde a matrícula institucional até a expedição do diploma.

Teresina, janeiro de 2024.

Nelson Juliano Cardoso Matos  
Raul Lopes de Araújo Neto  
Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

# sumário

---

|                             |           |
|-----------------------------|-----------|
| Mestrado em Direito da UFPI | <b>05</b> |
| Proposta Acadêmica          | <b>18</b> |
| Infraestrutura              | <b>26</b> |
| Corpo Docente e Egressos    | <b>45</b> |
| Manual do Mestrando         | <b>53</b> |
| PPGD Virtual                | <b>68</b> |



MESTRADO EM DIREITO DA UFPI  
informações gerais

# criação do mestrado

---

O Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade Federal do Piauí foi instituído pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI em novembro de 2017 (Resolução nº204/2017 - CEPEX, e autorizado pela CAPES em dezembro de 2018. A primeira seleção para ingresso de alunos ao Mestrado foi realizada entre janeiro e abril de 2019 e a primeira turma do Mestrado iniciou suas atividades em maio do mesmo ano.



# linha do tempo

---

## 1931

1931. Criação da Faculdade de Direito do Piauí (FADI)

## 2003

2003. Criação do República (Núcleo de Pesquisa sobre Direito e Democracia)

2008. I Jornada de Estudos Jurídicos da UFPI

2009. II Jornada de Estudos Jurídicos da UFPI

2009. I Fórum Iberoamericano de Direito

2009. I Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito

2009. Apresentação do APCN Mestrado Acadêmico em Direito

## 2010

2010. II Fórum Iberoamericano de Direito

2010. II Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito

2011. Revista Jurídica Eletrônica da UFPI (Arquivo Jurídico)

2011. III Fórum Iberoamericano de Direito

2011. I Encontro de Pesquisa Jurídica (do República)

2013. III Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito

2014. II Encontro de Pesquisa Jurídica (da UFPI)

# linha do tempo

---

## 2016

2016. Designação da Comissão Especial para elaboração do APCN

2016. IV Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito

2016. I Congresso de Estudos Políticos e Constitucionais

2017. Curso de pós-graduação lato sensu Direito, Democracia e Mudanças Institucionais

2017. Série editorial Direito, Democracia e Mudanças Institucionais

2017. Aprovação do Mestrado Acadêmico em Direito (PPGD) pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI

2018. II Congresso de Estudos Políticos e Constitucionais

2018. III Encontro de Pesquisa Jurídica

## 2018

2018. Aprovação do Mestrado Acadêmico em Direito (PPGD/UFPI) pela CAPES

# relevância estratégica regional

---



O Mestrado em Direito da UFPI é o único do Piauí, atendendo a demanda adicional do leste do Maranhão e do oeste do Ceará. A demanda é significativamente alta, na proporção de 29 cursos de graduação em Direito no estado. Estima-se que, dos docentes dos cursos de graduação no Piauí, apenas 34% possuem o título de mestre em Direito e 5% o título de doutor. O Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI é estratégico para equilibrar essa deficiência no ensino superior da área jurídica.

# tradição e excelência

---



O Direito da UFPI possui tradição de excelência. O curso de graduação da UFPI foi criado em 1931, como Faculdade de Direito do Piauí, sendo o 16º curso jurídico do País. Durante 63 anos (até 1994), foi o único curso de Direito do estado. Nos últimos anos, o curso de Direito da UFPI se destacou com os melhores resultados do ENAD/INEP (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e do Exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), recebendo o conceito 5 do INEP e o selo OAB Recomenda.

# centro regional de pesquisa jurídica

---

O Mestrado em Direito da UFPI foi criado a partir do República - núcleo de pesquisa sobre direito e democracia, em funcionamento ininterrupto desde 2003. A partir da instituição do Mestrado, foram criados outros doze grupos de pesquisa vinculados ao PPGD/UFPI. São eles:

República - núcleo de pesquisa jurídica  
Mudanças na ordem privada  
Núcleo de pesquisa da justiça  
Instituto de estudos políticos e constitucionais  
Relações de consumo na contemporaneidade  
Direito econômico e desenvolvimento  
Sistema de seguridade social  
Direitos coletivos no contexto da democracia e dos  
direitos humanos  
Núcleo de estudos políticos e eleitorais  
Ordem social e econômica na redução da  
desigualdade  
Direito civil XXI

# integração

---

No entorno do Mestrado em Direito da UFPI, importantes eventos são articulados com regularidade e impacto:

4 edições do Fórum Iberoamericano de Direito (2019, 2011, 2010 e 2009)

5 edições do Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito (2020, 2016, 2013, 2010 e 2009)

6 edições do Encontro de Pesquisa Jurídica (2023, 2021, 2020, 2018, 2014 e 2011)

2 edições do Congresso de Estudos Políticos e Constitucionais (2018 e 2016)

2 edições da Jornada de Estudos Jurídicos (2009 e 2008)

3 edições do Seminário Internacional sobre Constitucionalismo (2022, 2021 e 2020)

Congresso do PPGD/UFPI (2019)

Colóquio Direito e Mudanças Institucionais (2019)

Encontro Nacional de Pesquisa em Direito (2023)

Diálogo Internacional: processo coletivo e direitos fundamentais (2023)

Cesta Jurídica: responsabilidade social (2023)

# integração



 V Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito  
**V CONFID** OS LIMITES ÉTICOS ENTRE O LÍCITO E O ILÍCITO EM TEMPOS DE PANDEMIA  
6 e 7 de Agosto de 2020

**Lênio Luiz Streck**  
Mestre e doutor em Direito pela UFSC; pós-doutor pela Universidade de Lisboa; professor titular do PPG em Direito da UNISISNO/RS

**Renata Gil**  
Doutora em Direito, Juíza de Direito do Rio de Janeiro, presidente da AMB - Associação dos Magistrados do Brasil

PALESTRANTES

**Olivia Brandão**

**Francisco Gerson Marques de Lima**

**I Congresso de Estudos Políticos e Constitucionais**

25 e 26 de Novembro de 2016

Local: Auditório da OAB/PI    Inscrição: [www.oabpi.org.br/inscricao](http://www.oabpi.org.br/inscricao)  
Carga Horária: 20 h/a    Investimento: 1Kg de alimento não perecível

**\*Edital para Chamada de Trabalhos Científicos (Disponibilização do edital no site)**

Informações: (86) 2107-5823/5828



"A PÁTRIA"; óleo/tela; autoria Pedro Braz; Acervo Museu da República; Instituto Brasileiro de História da Arte - Ibrasa, Ministério da Cultura - Minc. (em de restauração) /2014"

# política editorial

A Revista Jurídica Eletrônica da UFPI (Arquivo Jurídico), vinculada ao PPGD/UFPI, funciona regularmente desde 2011, e recebeu o conceito B2 na classificação do Qualis Periódicos.



[CAPA](#) [SOBRE](#) [ACESSO](#) [CADASTRO](#) [PESQUISA](#) [ATUAL](#) [ANTERIORES](#) [NOTÍCIAS](#)

Capa > v. 8, n. 2 (2021)

## Revista Jurídica Eletrônica da UFPI

**ARQUIVO JURÍDICO – Revista Jurídica Eletrônica da Universidade Federal do Piauí / ISSN 2317-918X**

Periódico acadêmico semestral

### CHAMADA DE ARTIGOS PARA PUBLICAÇÃO

([revistas.ufpi.br/index.php/raj](http://revistas.ufpi.br/index.php/raj))

A Arquivo Jurídico (ISSN 2317-918X), revista jurídica eletrônica da Universidade Federal do Piauí - UFPI, classificada como B2 pela comissão Qualis Direito/CAPEs, convida os interessados a submeter artigos para a publicação.

A Arquivo Jurídico (ISSN 2317-918X) é uma publicação semestral online da Universidade Federal do Piauí e tem por objetivo a difusão de estudos nas áreas jurídicas e afins. A Revista utiliza o sistema open Journal (OJS) e oferece acesso livre e imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público e proporcionar maior democratização mundial do conhecimento. O seu acesso é feito pelo site: [revistas.ufpi.br/index.php/raj](http://revistas.ufpi.br/index.php/raj).

Sob a linha pesquisa "Direito, democracia e mudanças institucionais", a Arquivo Jurídico (ISSN 2317-918X) é um meio gratuito de se divulgar os resultados de pesquisas de qualidade na área jurídica. Os artigos que serão submetidos à Revista terão analisados o ineditismo, a relevância, a oportunidade, além do mérito e outras características.

Podem ser submetidos artigos científicos, artigos de revisão, artigos de atualização, estudo de caso e ensaios todos inéditos, comentários de jurisprudência nacional, estrangeira e internacional resultados de pesquisas realizadas em universidades brasileiras e do exterior. Seguem algumas sugestões para a apresentação dos trabalhos que poderão agilizar a sua apreciação:

O trabalho deverá conter entre dez (10) e trinta (30) páginas, indicar o título, o autor (até dois coautores), as informações sobre o vínculo institucional do autor e sua titulação (pelo menos um dos autores deve ser mestre ou doutor), o resumo (em português e em inglês), as palavras-chave (em português e em inglês), o corpo do texto poderá ser em português, espanhol ou inglês, as referências ao final e adotar a seguinte formatação (além das instruções no link Diretrizes para Autores): a) Tamanho da folha: A4; b) Margens: superior, esquerda, inferior e direita de três centímetros (3 cm); c) Alinhamento: justificado; d) Fonte: Times New Roman, normal, tamanho 12 (corpo de texto); tamanho 14 (título); e tamanho 10 (citações); e) Espaçamento entre linhas: 1,5 para o texto e simples para citações longas.

O *curriculum* do autor deverá ser breve e específico, além de indicar a vinculação institucional e o e-mail. O resumo deverá ter no máximo duzentos e cinquenta palavras. Até cinco expressões nas palavras-chave. Devem ser utilizadas apenas para citações curtas (as citações longa deverão ter formatação especial) e itálico para conceitos ou palavras em língua estrangeira. As citações devem ser referenciadas pelo sistema de chamadas AUTOR-DATA. A exatidão das notas, assim como o ineditismo do texto apresentado, são de responsabilidade exclusiva de seu autor.

O simples recebimento do trabalho não obriga sua publicação. Os trabalhos são avaliados por revisores *ad hoc*, assegurada a imparcialidade das análises através de sistema *double blind review*, em que autores desconhecem os avaliadores e vice-versa. Os trabalhos selecionados não geram qualquer direito por parte de seus autores, não sendo estes remunerados. Além disso, quando do encaminhamento já se pressupõe autorização para publicação. O setor de revisão poderá efetuar alterações de ordem editorial (formal, ortográfica, gramatical) nos originais, respeitado o estilo. A opinião do autor sempre será respeitada, não sendo possível qualquer alteração de conteúdo.

Os trabalhos deverão ser enviados para a nossa página eletrônica [www.revistas.ufpi.br/index.php/raj](http://www.revistas.ufpi.br/index.php/raj), com o prévio cadastramento dos autores.

### OPEN JOURNAL SYSTEMS

[Ajuda do sistema](#)

### USUÁRIO

Login

Senha

Lembrar usuário

### NOTIFICAÇÕES

- [Visualizar](#)
- [Assinar](#)

### CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por Título](#)
- [Outras revistas](#)

### INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

TAMANHO DE FONTE



# política editorial

Além de diversas publicações autorais e coletâneas promovidas pelos professores, o PPGD/UFPI também promove cinco séries editoriais:

Direito, Democracia e Mudanças Institucionais (2023, 2022, 2021, 2019 e 2018)

Estudos de Política e Direito Constitucional (2019 e 2017)

Novos Paradigmas na Ordem Privada (2021 e 2019)

Pensar Direito (2021 e 2012)

Ensaio do República (2021)



# relevância e impacto

---

O Mestrado em Direito da UFPI produzirá três resultados a curto prazo:

- (a) qualificação do corpo docente dos cursos de graduação em Direito,
- (b) efetivação de pesquisa jurídica direcionada para problemas e demandas locais e regionais e
- (c) integração dos pesquisadores locais às redes nacional e internacional de pesquisa jurídica.

A médio prazo, as atividades do Mestrado em Direito permitirão:

- (a) induzir um centro de excelência em pesquisa jurídica na área de concentração do Programa, e
- (b) elaborar o APCN para doutorado em Direito.

# situação atual

---

12  
docentes

53  
egressos

16  
concludentes

22  
ingressantes

12  
alunos ativos



PROPOSTA ACADÊMICA  
do Mestrado em Direito da UFPI

# objetivos

---

O objetivo geral do PPGD/UFPI é a formação de mestres qualificados para a docência e para a pesquisa na área do Direito; essa qualificação importa nas habilidades do rigor e da crítica metodológicos e no embasamento teórico e dogmático pertinente às duas linhas de pesquisa do Mestrado.

Em torno do objetivo geral, para a sua consecução, como corolário dele ou como seu desdobramento, os objetivos específicos do PPGD/UFPI são:

- (a) estimular e qualificar a pesquisa científica na área do direito; (b) qualificar, com o mestrado, o corpo docente dos cursos de graduação da região, principalmente do Piauí, do leste do Maranhão e do oeste do Ceará; (c) para além da qualificação de pesquisadores e docentes, qualificar profissionais de outras áreas do Direito; (d) produzir estudos sobre o tema da área de concentração, direito e mudanças institucionais, particularmente visando a responder a problemas e demandas locais e regionais; (e) integrar os pesquisadores locais às redes nacional e internacional de pesquisa jurídica.

# perfil do egresso

---

O egresso do Mestrado em Direito da UFPI deverá estar qualificado para, primeiramente, realizar pesquisa jurídica crítica e rigorosa metodologicamente, com sólido fundamento teórico e dogmático.

A depender da área de atuação profissional do egresso, espera-se, também, que possa aplicar essas mesmas habilidades na atividade do magistério superior e em outras profissões jurídicas, como o exercício da advocacia, da magistratura, do ministério público e de assessoria e consultoria jurídicas.

Em relação às habilidades para a pesquisa jurídica, espera-se que sejam direcionadas, especialmente, para o estudo de problemas e demandas de relevância, direta ou indiretamente, local e regional.

# linhas de pesquisa

---

## *Área de concentração*

DIREITO, DEMOCRACIA E MUDANÇAS  
INSTITUCIONAIS

## *Linha de pesquisa 1*

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS,  
DEMOCRACIA E EFETIVIDADE DO  
DIREITO

## *Linha de pesquisa 2*

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA  
ORDEM PRIVADA E ECONÔMICA

# integralização curricular

---

O curso de Mestrado em Direito da UFPI tem a duração mínima de doze e máxima de vinte e quatro meses, incluída a defesa da dissertação, a contar do primeiro mês do início do semestre letivo de ingresso do aluno.

Durante esse período, devem ser integralizados trinta créditos curriculares, distribuídos da seguinte maneira: vinte e quatro créditos de disciplinas e seis créditos relativos à elaboração e defesa da dissertação.

As disciplinas devem ser integralizadas considerando três núcleos curriculares:

núcleo de fundamentação,  
núcleo básico e  
núcleo complementar.

# integralização curricular

---

O **núcleo de fundamentação** é obrigatório para todos os alunos e formado por duas disciplinas, totalizando oito créditos:

Fundamentos Contemporâneos da Teoria do Direito; e  
Metodologia da Pesquisa Jurídica.

# integralização curricular

---

No **núcleo básico**, é obrigatória a integralização de oito créditos em disciplinas específicas da linha de pesquisa à qual o aluno esteja vinculado, a saber:

## Disciplinas da **linha de pesquisa 1**:

Teorias da democracia e da justiça; Hermenêutica jurídica e jurisdição constitucional; Direito, filosofia e constituição moderna; Direitos fundamentais e cultura; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem constitucional; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais, democracia e justiça; Efetividade dos direitos da seguridade social; Avanço retórico e real dos direitos sociais; Direito administrativo e democracia; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem social.

## Disciplinas da **linha de pesquisa 2**:

Mudanças na ordem civil brasileira; Relações de consumo na contemporaneidade; Novos paradigmas das relações jurídicas patrimoniais; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem civil; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem consumerista; Direito econômico e teoria institucional; Tópicos avançados sobre mudanças institucionais na ordem econômica.

# integralização curricular

---

No **núcleo complementar**, cuja matrícula depende da autorização do orientador, é obrigatória a integralização de oito créditos em quaisquer das seguintes modalidades:

- (a) disciplinas do PPGD/UFPI (de qualquer linha de pesquisa);
- (b) disciplinas de outros cursos de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pela CAPES;
- (c) publicação científica em coautoria com o orientador, de acordo com a seguinte equivalência:
  - (c1) quatro créditos para publicação em periódico Qualis A1 ou A2 em direito e (c2) dois créditos para publicação em periódico Qualis A3 ou A4 em direito; e
- (d) até dois créditos para atividades acadêmicas complementares, nos termos da regulamentação pelo colegiado.



INFRAESTRUTURA  
recursos humanos  
organizações  
instalações  
acervos

# corpo dirigente

---



## Coordenação da Área Direito / CAPES

Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Moraes  
Coordenadora da Área Direito / CAPES

Maria Vital da Rocha  
Coordenadora Adjunta da Área Direito / CAPES



## Coordenação do PPGD/UFPI

Nelson Juliano Cardoso Matos  
Raul Lopes de Araújo Neto  
Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

# corpo administrativo

---

## **Coordenação do PPGD/UFPI**

Nelson Juliano Cardoso Matos  
Coordenador

Raul Lopes de Araújo Neto  
Coordenador Adjunto

Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima  
Coordenador Adjunto

## **Secretaria do PPGD/UFPI**

Caio Emmanuel da Silva Costa  
Karina Hellen Lino de Carvalho

# corpo docente

---

Cleber de Deus Pereira da Silva  
Deborah Dettmam Matos  
Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima  
Francisco Meton Marques de Lima  
Gabriel Rocha Furtado  
Joseli Lima Magalhães  
Nelson Juliano Cardoso Matos  
Olívia Brandão Melo Campelo  
Raul Lopes de Araujo Neto  
Robertonio Santos Pessoa  
Samuel Pontes do Nascimento  
Sebastião Patrício Mendes da Costa

# corpo docente

---



# corpo docente

---



# corpo discente

---

Representação do Corpo Discente  
no Colegiado do PPGD

Gustavo Nascimento Torres  
2019/2020

Ana Luísa Melo Nogueira  
2021

Saul Emmanuel de Melo Ferreira Pinheiro Alves  
2022

Samille Lima Alves  
2023

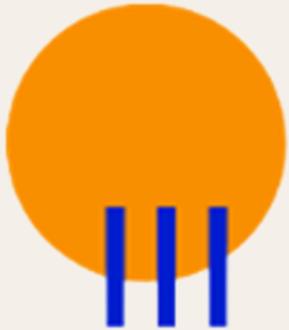
# núcleos de pesquisa

---



# núcleos de pesquisa

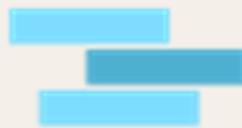
---



Grupo de pesquisa

## O Estado

na efetividade dos direitos  
da Seguridade Social



direitos coletivos no  
contexto da democracia  
e dos direitos humanos

*grupo de pesquisa*



Direito  
Econômico e  
Desenvolvimento

Grupo de Pesquisa

N V P E J

NÚCLEO DE PESQUISA DA JUSTIÇA

# núcleos de pesquisa

---



GRUPO DE PESQUISA  
**DIREITO CIVIL XXI**

# instalações

---

O PPGD/UFPI está instalado no Bloco da Faculdade de Direito (Espaço Universitário Integrado 1 B), juntamente com o Departamento de Ciências Jurídicas e a Coordenação do Curso de Graduação em Direito.

Nessas instalações, o PPGD/UFPI dispõe de espaços exclusivos, como: a Sala do Coordenador e de Reuniões, a Sala da Secretaria, o Laboratório de Pesquisas do Corpo Discente, Salas de Aula e Sala de Webconferência.

O Laboratório de Pesquisas do Corpo Discente dispõe de estações de trabalho, equipadas com computador e monitor e acesso à internet; cada sala de aula comporta até oitenta lugares e foi projetada para adaptação em dois formatos: aula conferência ou mesa de discussões.

As instalações do Bloco da Faculdade de Direito estão adaptadas para o adequado acesso e circulação de pessoas com mobilidade reduzida; inclusive com rampa de acesso ao piso superior e banheiros adaptados.

# instalações

---

Fora do Bloco da Faculdade de Direito, o PPGD/UFPI ainda dispõe de três espaços exclusivos:

Auditório Wilson Brandão (para 150 lugares)  
Complexo Núcleo de Pesquisa Jurídica  
Sala do Instituto de Estudos Políticos e  
Constitucionais

No Complexo do Núcleo de Pesquisa Jurídica, estão instalados:

Arquivo Jurídico (Revista Jurídica Eletrônica da UFPI)  
República - núcleo de pesquisa jurídica  
Mudanças na ordem privada - grupo de pesquisa  
O Estado na efetividade dos direitos da seguridade  
social (grupo de pesquisa)  
Sala de reuniões  
Sala de atendimento

A partir de recursos de emenda parlamentar da deputada federal Margareth Coelho, estão em construção as novas instalações do PPGD/UFPI.

# instalações compartilhadas

---

Compartilhados com as atividades da Graduação em Direito, o PPGD/UFPI dispõe de:

dez salas de aula adicionais para uso no turno da manhã

Auditório Newton Lopes (com 80 lugares)

Compartilhados com outros programas de pós-graduação do CCHL, o PPGD/UFPI dispõe de:

Biblioteca Setorial Prof. Wilson Brandão

Sala com 45 estações de estudo individual e três estações de estudo em grupo

Auditório de Defesa de Tese

Auditório de Videoconferência

Sala de Múltiplos Newton Lopes

Laboratório de Informática da Pós-Graduação

Além das instalações indicadas acima, o PPGD dispõe, de forma compartilhada, de todas as instalações da UFPI, como, por exemplo, as da Biblioteca Carlos Castelo Branco (Biblioteca Central), localizada próximo da sede do PPGD.

# bibliotecas

---

A UFPI conta com 26 bibliotecas. Das quais destacam-se a Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco (biblioteca central) e a Biblioteca Prof. Wilson Brandão (biblioteca setorial).

O acervo das bibliotecas da UFPI dispõe de 82.868 títulos de livros, 249.936 exemplares de livros, 2.511 documentos em multimeios, 3.110 títulos de periódicos e 72.458 fascículos de periódicos.

A Biblioteca Central da UFPI, localizada próxima da sede do PPGD, dispõe, ainda, de:

246 Cabines individuais  
150 Cabines para notebook  
62 Mesas de estudo em grupo  
Sala de Multimídia com 70 Lugares  
6 Salas de Grupo  
Laboratório de Acessibilidade e Inclusão  
Arquivo Deslizante para Material Acadêmico e Multimídia;  
Espaço Digital Santander

# acervo digital e remoto

---

O acervo físico das bibliotecas da UFPI é complementado por acervos virtuais disponibilizado por instituições conveniadas ou acervos virtuais de acesso público.

Contrato exclusivo para alunos e professores do PPGD/UFPI:

Revista dos Tribunais Online

acesso: <https://revistadostribunais.com.br/>

Portal Minha Biblioteca

acesso: <https://minhabiblioteca.com.br/>

# acervo digital e remoto

---

Além de diversos outros acervos virtuais de acesso público, como:

Portal de Periódicos CAPES/MEC (com 45 mil publicações periódicas)

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD/IBICT (com mais de 600 mil documentos)

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SciELO Books

Editora Cultura Acadêmica (Unesp)

Project Gutenberg (com mais de 60 mil ebooks)

Biblioteca Digital do Senado Federal

Biblioteca Digital do STF

Portal Domínio Público

Spell - Scientific Periodicals Electronic Library

Internet Archive (Open Library)

Biblioteca Digital Jurídica (BDJur / STJ)

Biblioteca Virtual da Universidade de Cornell

# acervo digital e remoto

---

A UFPI integra, também, o Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT, que permite ao usuário solicitar cópia de artigos, capítulos, teses e outros documentos acadêmicos pertencentes ao acervo físico de outras bibliotecas brasileiras ou estrangeiras.

A rede COMUT possui, atualmente, 394 bibliotecas associadas.

# comissões permanentes

---

## **Comissão de Seleção e Admissão**

Raul Lopes de Araujo Neto  
Nelson Juliano Cardoso Matos  
Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima  
Samuel Pontes do Nascimento

## **Comissão de Bolsas de Pesquisa**

Cleber de Deus Pereira da Silva  
Robertônio Santos Pessoa  
Joseli Lima Magalhães  
Deborah Dettmam Matos

## **Comissão de Avaliação do Programa**

Gabriel Rocha Furtado  
Francisco Meton Marques de Lima  
Sebastião Patrício Mendes da Costa  
Olívia Brandão Melo Campelo

# delegações especiais

---

## **Articulação com a CAPES Área Direito (Coleta e Sucupira)**

Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

## **Internacionalização**

Raul Lopes de Araújo Neto

## **Articulação nacional e regional**

Sebastião Patrício Mendes da Costa

## **Editor-chefe da Arquivo Jurídico (Revista Jurídica Eletrônica da UFPI)**

Cleber de Deus Pereira da Silva

## **Editor-chefe da Série Editorial Direito Democracia e Mudanças Institucionais**

Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima

## **Fomento à publicação**

Joseli Lima Magalhães



CORPO DISCENTE E EGRESSOS

# egressos

---

## 1ª Turma 2019/2020

WILLIAMS SILVA DE PAIVA

Justiça e direito à saúde: efetivação para além da judicialização

ANA LIGYAN DE SOUSA LUSTOSA FORTES DO RÊGO

A fragmentação do trabalho subordinado e as relações atípicas de emprego: novo paradigma da relação contratual trabalhista

ADALGISA COSTA MELO

Direito fundamental social à moradia: avanços retóricos e reais pós Constituição Federal brasileira de 1988

GABRIELA CRONEMBERGER RUFINO FREITAS PIRES

Consentimento informado como autodeterminação em matéria de saúde: capacidade para consentir e heterorepresentação.

CAIO VINICIUS SOUSA E SOUZA

Sinceridade e pragmatismo: o problema da linguagem insincera em decisões judiciais

CARLOS ALBERTO DA SILVA MOURA JUNIOR

A política econômica de incentivo ao setor privado de educação superior no Brasil: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) sob a ótica do direito econômico

ISRAEL GONÇALVES SANTOS SILVA

Os limites interpretativos da jurisdição constitucional: o caso do artigo 52, X, da Constituição Federal

LUCAS ARAÚJO FORTES

O controle judicial da discricionariedade administrativa: uma reflexão sobre o estado atual da questão

GUSTAVO NASCIMENTO TORRES

Constitucionalismo progressista: aspectos teóricos sobre o controle de constitucionalidade de Emendas no Brasil

DANIEL TEIXEIRA BEZERRA

Privacidade, consentimento informado e proteção de dados pessoais na internet

EMMANUEL ROCHA REIS

Direito da energia: análise das mudanças institucionais sociojurídicas no cenário econômico sustentável de implantação da energia eólica no litoral piauiense

CARLOS MENDES MONTEIRO DA SILVA

A publicidade nas redes sociais e seus impactos na cultura do consumismo

# egressos

---

## 2ª Turma 2020/2021

RÁIZA LUÍZA MOTTA ROCHA

Direitos além da fronteira: análise sociojurídica do (não) acolhimento de migrantes venezuelanos em Teresina-PI

ANA DANIELE ARAÚJO VIANA

Povos indígenas e o direito à saúde intercultural

KELSTON PINHEIRO LAGES

O Ministério Público Federal e o controle social da transparência: a efetividade da lei de acesso à informação no Brasil

RAFAEL VICTOR ROCHA FURTADO

Veto presidencial como controle preventivo de constitucionalidade e limite à criatividade judicial: uma análise do recurso especial nº 1.119.300/RS

SAMARA COELHO LUCENA

Restrições orçamentárias e direitos fundamentais sociais: análise tópicos-sistêmica do direito à saúde no Brasil

JAIRO DE SOUSA LIMA

Audiência de custódia: efetividade e justiciabilidade dos direitos fundamentais sociais dos presos

GABRIEL DE ANDRADE PIEROTE

Repercussões jurídicas da revogação do consentimento informado

TALES ARAUJO SILVA

Regras para o impeachment no Brasil: estudo comparativo entre os julgamentos dos ex-presidentes Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016)

MARIA ÂNGELA PAIVA MÜLLER DE VASCONCELOS

O termo de consentimento informado eletrônico para a contratação de serviços médicos no ambiente de saúde

FRANCISCO ALYSSON COSTA GOMES

O processo como instituição democratizante formadora da decisão jurisdicional no novo CPC

GUSTAVO RIBEIRO MARTINS

Salvaguardas constitucionais em situações de excepcionalidade: o direito constitucional do trabalho durante a pandemia covid-19

# egressos

---

## 2ª Turma 2020/2021

ANA LUIZA MASSTALERZ PIRES ARAGÃO

Youtubers mirins: análise da publicidade infantil e responsabilização nas relações de consumo

MARCELO LEONARDO DE MELO SIMPLÍCIO

A (re)configuração dos pilares do direito privado na sociedade digital: a nova contratualidade on-line na era do acesso e compartilhamento

PABLO EDIRMANDO SANTOS NORMANDO

A violação da boa-fé objetiva e do dever de informação no mercado de capitais: estudo de caso do instituto de resseguros do brasil

SABRINA GISLANA COSTA DA CUNHA

O direito fundamental social a saúde: mitigação da teoria da reserva do possível pela teoria do mínimo existencial, como forma de promoção da dignidade da pessoa humana

RODRIGO LUSTOSA VERAS

As reformas no regime geral de previdência social e a disfuncionalidade fático-normativa entre as ordens social e econômica

LETÍCIA PEREIRA LIMA

Neoliberalismo e precarização do trabalho no direito trabalhista brasileiro

POLLYANNA SOUSA COSTA TÔRRES

O valor social do trabalho na constituição federal de 1988: situação jurídica dos trabalhadores em plataformas digitais

ANA LUÍSA MELO NOGUEIRA

Desvendando o senado do Brasil: história, dogmática e dinâmica constitucional do Senado Federal

THAÍS SILVA ALVES

O povo como juiz constitucional: a viabilidade do recurso direto ao povo como mecanismo de dissolução de conflitos entre os poderes

PEDRITA DIAS COSTA

Responsabilidade civil dos influenciadores digitais em face da veiculação de publicidade ilícita no âmbito das relações de consumo

PERPÉTUA DO SOCORRO CARVALHO NETA

As políticas econômicas neoliberais e a precarização do trabalho docente no ensino superior privado sob a ótica do direito econômico

# egressos

---

## 3ª Turma 2021/2022

LARISSA REIS FERREIRA

A proteção do emprego contra a despedida arbitrária no Brasil

REBEKA COELHO DE OLIVEIRA CARVALHO

Milícias digitais e filtragem por inteligência artificial: uma análise constitucional das exclusões de fake news disseminadas por milícias digitais pelas empresas gestoras dos fluxos comunicacionais online

LÍLIA MARTINS VILARINHO BRANDÃO DE PÁDUA

A contrarreforma trabalhista e os rumos da política econômica na promoção do desenvolvimento nacional

RAIMUNDO BARBOSA DE MATOS NETO

A concessão do salário-maternidade ao pai solteiro optante pela família monoparental a partir da maternidade subrogada

LUCAS ROSENDO MÁXIMO DE ARAÚJO

Benefício de prestação continuada: uma análise neoconstitucionalista

ANTÔNIO FÁBIO DA SILVA OLIVEIRA

Participação democrática mediata na administração pública: accountability diagonal nos tribunais de contas brasileiros

SAUL EMMANUEL DE MELO FERREIRA PINHEIRO ALVES

A antijuridicidade da legislação judiciária: uma noção de precedentes à luz da separação de poderes

SAULO LINHARES DA ROCHA

O estatuto proprietário da propriedade pública imobiliária e o dever de aproveitamento dos bens públicos federais

HELANNHA FRANCISCA NUNES DOS SANTOS

Oportunidades democráticas no governo eletrônico: participação social nas plataformas federais

LUCAS EMMANUEL FORTES DOS SANTOS

Publicidade algorítmica das redes sociais e a proteção do consumidor contra o superendividamento.

RAYANNA SILVA CARVALHO

A regulamentação sobre consentimento livre e esclarecido em tratamentos experimentais e a garantia dos direitos do paciente

ANTÔNIA MEIRA BRANDÃO CARDOSO

A viabilidade da uniformização nacional do processo de controle externo no âmbito dos tribunais de contas

# egressos

---

## 3ª Turma 2021/2022

ADONIAS RIBEIRO DE CARVALHO NETO

O equívoco persistente da afirmação de uma teoria purista da separação dos poderes na interpretação constitucional: a sucessão histórica das mudanças institucionais que impactaram a cláusula da separação dos poderes no direito norte-americano e a proposta hermenêutica de uma leitura constitucional ordinária

ROBERTO WANDERLEY BRAGA

O abuso do direito e a boa-fé: manifestações no âmbito processual e a limitação objetiva ao discricionarismo judicial

FRANCISCA CECÍLIA DE CARVALHO MOURA FÉ

A constitucionalidade das medidas restritivas de liberdade religiosa em face da pandemia de covid-19 no Brasil

THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER

A atuação do Supremo Tribunal Federal na criação das regras eleitorais (*rule making*) da governança eleitoral brasileira

CAMILA MARTINS PARAGUASSU PAIVA CARVALHO

A apreciação da constitucionalidade pelos tribunais de contas à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

# mestrandos concludentes

---

## 4ª Turma 2022/2023

SAMILLE LIMA ALVES  
ZORAÍMA MENESES BRANDÃO  
MARIA CLÁUDIA ALMENDRA FREITAS VELOSO  
VANDO DA SILVA MARQUES  
NATAN PINHEIRO DE ARAÚJO FILHO  
BRUNO SANTOS LIMA  
BRUNNA BARROS CARVALHO MARTINS  
ELAYNE KALLYNE BRAGA DA SILVA SOBRAL  
LUANA AZEREDO ALVES  
PAULO HENRIQUE CARVALHO ALMEIDA  
FRANCK SINATRA MOURA BEZERRA  
FRANCISCO ANDRÉ DOS SANTOS RODRIGUES  
JAIRO VICTOR CANDEIRA BRAGA  
ÁLISSON SANTOS ROCHA  
CAROLINE DE CARVALHO LEITÃO  
CARLOS MÁRCIO GOMES AVELINO

# mestrandos

---

## 5ª Turma 2023/2024

DÉBORA FONSECA LEITE  
RÔMULO MOURÃO CAVALCANTE  
GILMAR BRUNO RIBEIRO DE CARVALHO  
ALEXANDRE HELVÉCIO ALCOBACA DA SILVEIRA  
ALEXANDRE BENTO BERNARDES DE ALBUQUERQUE  
MARIANE VELOSO SARAIVA DOS REIS  
CLIDENOR MARCOS VAZ CAMPELO  
GÉSSICA MOURA FONTELES  
LETÍCIA MARIA SILVA ANDRADE MAGALHÃES  
MARX NAIRO SOARES EVANGELISTA  
ALYSSON FERNANDO PAIVA CHAVES  
ISAAC DIEGO VIEIRA DE SOUSA E SILVA

# 05

## MANUAL DO MESTRANDO

seleção e admissão

matrícula institucional

desligamento

estágio docência

orientação da dissertação

qualificação e defesa

diploma

prazos

# seleção e admissão

---

## ALUNO REGULAR

O corpo discente do curso de mestrado em direito é constituído por todos os alunos regulares (ver o Regulamento Geral da Pós-graduação e o Regimento Interno do PPGD/UFPI).

A admissão de aluno regular ao curso de mestrado em direito do PPGD/UFPI será efetivada depois de processo seletivo anual regido por edital.

## ALUNO ESPECIAL

A admissão de alunos especiais (ver o Regulamento Geral da Pós-graduação e o Regimento Interno do PPGD/UFPI) será feita por seleção específica, regida por edital aprovado pelo Colegiado do PPGD/UFPI, divulgada posteriormente ao resultado final da seleção anual para admissão de aluno regular. O aluno especial poderá matricular-se em até duas disciplinas isoladas oferecidas pelo PPGD/UFPI, a depender da disponibilidade de vagas e dos requisitos estabelecidos pelo colegiado e pelo professor da disciplina.

# matrícula institucional

---

A matrícula institucional e a matrícula curricular serão feitas pelo aluno aprovado na seleção de admissão, nos termos do Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFPI.

Documentos para a matrícula institucional:

Cópia do diploma de graduação;

Cópia do histórico escolar;

Cópia da carteira de identidade (RG);

Cópia do cadastro de pessoa física (CPF);

Cópia do comprovante de residência;

Foto 3x4;

Cópia do certificado de quitação com o serviço militar  
(somente homens);

Declaração de conhecimento da Resolução nº 189/07,  
com firma reconhecida em cartório;

Atestado de proficiência em uma língua estrangeira.

# desligamento

---

## Casos de desligamento do Mestrado:

Reprovação duas vezes na mesma disciplina ou em disciplinas distintas;

Reprovação no exame de qualificação;

Reprovação na defesa da dissertação;

Não cumprimento do prazo máximo exigido para a conclusão do mestrado;

Não efetivação da matrícula institucional inicial e curricular semestralmente;

Não atendimento das exigências do art. 45 do Regimento Interno do PPGD/UFPI.

# estágio docência

---

O estágio docência é obrigatório para todos os alunos do Mestrado em Direito da UFPI.

No estágio docência da UFPI, o aluno do mestrado desenvolve atividades de ensino da graduação sob direta e rigorosa supervisão do docente orientador.

As regras de UFPI estabelecem limites para essa atividade e exige relatório minucioso do que se fez e dos resultados obtidos para o aluno.

O plano de trabalho precisa ser aprovado pelo orientador do mestrando, pelo professor da disciplina, pelo chefe do departamento, pelo coordenador do curso de graduação e pelo colegiado do PPGD/UFPI.

O relatório precisa ser aprovado pelo docente orientador, pelo professor da disciplina e pelo colegiado do PPGD/UFPI.

# orientação da dissertação

---

Cada aluno regularmente matriculado no Mestrado em Direito estará vinculado a um orientador de dissertação, docente da categoria permanente do PPGD/UFPI, designado pelo coordenador, por recomendação do respectivo coordenador adjunto da linha de pesquisa.

## Atribuições do orientador:

Auxiliar o aluno na organização de seu plano de estudo e na elaboração e execução do projeto de dissertação;

Opinar sobre os pedidos de matrícula, cancelamento, trancamento e prorrogação do prazo de conclusão do curso de mestrado;

Por o sinal de visto no requerimento de depósito: do projeto de dissertação para o 1º exame de qualificação; da versão preliminar da dissertação para o 2º exame de qualificação; e da dissertação para a defesa;

Recomendar, ao coordenador e ao colegiado, conforme o caso, a composição das bancas do exame de qualificação e da banca julgadora da dissertação;

Presidir as bancas de exame de qualificação e a banca julgadora da dissertação;

Supervisionar o estágio docência do respectivo orientando.

# exame de qualificação

---

O procedimento de exame de qualificação é constituído de duas etapas:

1ª etapa: avaliação do **projeto de dissertação**, no prazo de seis meses;

2ª etapa: avaliação da **versão preliminar da dissertação**, no prazo de doze meses.

O procedimento do exame de qualificação, submetido à banca de avaliação, será precedido de requerimento do aluno, com anuência do orientador. Em cada etapa, a banca atribuirá a menção “reprovado” ou “aprovado”.

A banca da 1ª etapa do exame de qualificação, designada pelo coordenador, será composta pelo orientador, que a preside, e por um titular. A banca da 2ª etapa do exame de qualificação, designada pelo coordenador, será composta pelo orientador, que a preside, e por dois titulares.

# defesa da dissertação

---

Para a defesa da dissertação, o aluno deverá ter integralizado todos os créditos exigidos em disciplinas e ter obtido aprovação no exame de qualificação. A defesa será precedida do depósito da versão completa da dissertação, acompanhado de requerimento do aluno, com anuência do orientador. O requerimento de depósito será apresentado em até vinte meses, a contar da data da matrícula institucional.

A banca julgadora da dissertação, designada pelo colegiado, será composta por três examinadores titulares:

Orientador (presidente);

Examinador do corpo docente do PPGD/UFPI; e  
Examinador externo ao PPGD/UFPI, com residência em estado diferente do Piauí e, preferencialmente, vinculado a programa de pós-graduação em direito.

# depois da defesa da dissertação

---

## Procedimento imediato

No prazo de dois dias, a contar da data da Defesa, o mestrando enviará para o correio eletrônico da Secretaria do PPGD/UFPI cópia digitalizada da ata da sessão de Defesa da Dissertação em arquivo de formato PDF e solicitará, pelo mesmo instrumento, o registro dos créditos no histórico escolar.

## Protocolo Geral da UFPI

No prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data da defesa da dissertação, o mestrando deverá protocolar o requerimento de expedição do diploma.

O mestrando deverá juntar ao requerimento vários documentos (a relação está disponível no Manual de Expedição do Diploma), dentre os quais:

Ata da defesa da dissertação assinada por todos os integrantes da banca julgadora;

Cópia digitalizada da versão final da dissertação, em formato portátil de documento (pdf);

Comprovante de regularidade expedido pela biblioteca central da UFPI;

Termo de Autorização para publicação eletrônica no Repositório Institucional - RI/UFPI ou TEDE;

Declaração de regularidade expedido pela Secretaria do PPGD.

# prazos para a 5ª turma (2023/2024)

---

Matrícula Institucional: fevereiro de 2023

Início das aulas: março de 2023

1ª Etapa do Exame de Qualificação: agosto de 2023

Requisito para a 1ª Etapa da Qualificação: uma publicação (ou aceite, ou envio) de artigo em periódico B4 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

2ª Etapa do Exame de Qualificação: abril de 2024

Requisito para a 2ª Etapa da Qualificação: uma publicação (ou aceite) de artigo em periódico B2 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

Depósito da Dissertação para Defesa: dezembro de 2024

Requisito para a Defesa da Dissertação: uma publicação (ou aceite) de artigo em periódico A2 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

Defesa da Dissertação: fevereiro de 2025

# prazos para a 6ª turma (2024/2025)

---

Matrícula Institucional: fevereiro de 2024

Início das aulas: março de 2024

1ª Etapa do Exame de Qualificação: setembro de 2024

Requisito para a 1ª Etapa da Qualificação: uma publicação (ou aceite, ou envio) de artigo em periódico B4 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

2ª Etapa do Exame de Qualificação: abril de 2025

Requisito para a 2ª Etapa da Qualificação: uma publicação (ou aceite) de artigo em periódico B2 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

Depósito da Dissertação para Defesa: dezembro de 2025

Requisito para a Defesa da Dissertação: uma publicação (ou aceite) de artigo em periódico A2 ou superior (em coautoria com docente permanente do PPGD/UFPI)

Defesa da Dissertação: fevereiro de 2026

# plano de trabalho (recomendação)

---

## 1ª Semestre

Matrícula institucional

Matrícula curricular

Disciplina obrigatória

E duas outras recomendadas pelo orientador

Publicação de um artigo em periódico B4

Atividades complementares

Colaboração nos grupos de pesquisa vinculados ao PPGD

Colaboração na revista Arquivo Jurídico

Colaboração nas séries editoriais vinculadas ao PPGD

Colaboração nos eventos acadêmicos vinculados ao PPGD

## 2ª Semestre

Matrícula curricular

Disciplina obrigatória

E duas outras recomendadas pelo orientador

Qualificação do projeto de pesquisa

Publicação de um artigo em periódico B2

Estágio docência

Atividades complementares

Colaboração nos grupos de pesquisa vinculados ao PPGD

Colaboração na revista Arquivo Jurídico

Colaboração nas séries editoriais vinculadas ao PPGD

Colaboração nos eventos acadêmicos vinculados ao PPGD

# plano de trabalho (recomendação)

---

## 3ª Semestre

Matrícula curricular

Disciplinas recomendadas pelo orientador (se for o caso)

Qualificação da dissertação

Publicação de um artigo em periódico A2

Estágio docência

## 4ª Semestre

Matrícula curricular

Disciplinas recomendadas pelo orientador (se for o caso)

Depósito da dissertação

# outras informações

---

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD**

Endereço: Bloco do Direito (Espaço Universitário Integrado 1B), Campus Ministro Petrônio Portela, Teresina - PI

Endereço eletrônico: <https://ppgd.ufpi.edu.br>  
E-mail: [secretaria.ppgd@ufpi.edu.br](mailto:secretaria.ppgd@ufpi.edu.br)

## **PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG**

Endereço eletrônico: [www.ufpi.br/prpg](http://www.ufpi.br/prpg)  
E-mail: [prpg@ufpi.edu.br](mailto:prpg@ufpi.edu.br)  
Telefone: 3215-5565

## **COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES**

Endereço eletrônico: [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)  
Email: [26.dire@capes.gov.br](mailto:26.dire@capes.gov.br)



PPGD VIRTUAL

# ppgd na internet

ppgd/ufpi

programa de pós-graduação em direito  
mestrado acadêmico em direito

acesso rápido

mestrado da ufpi

docentes

grupos de pesquisa

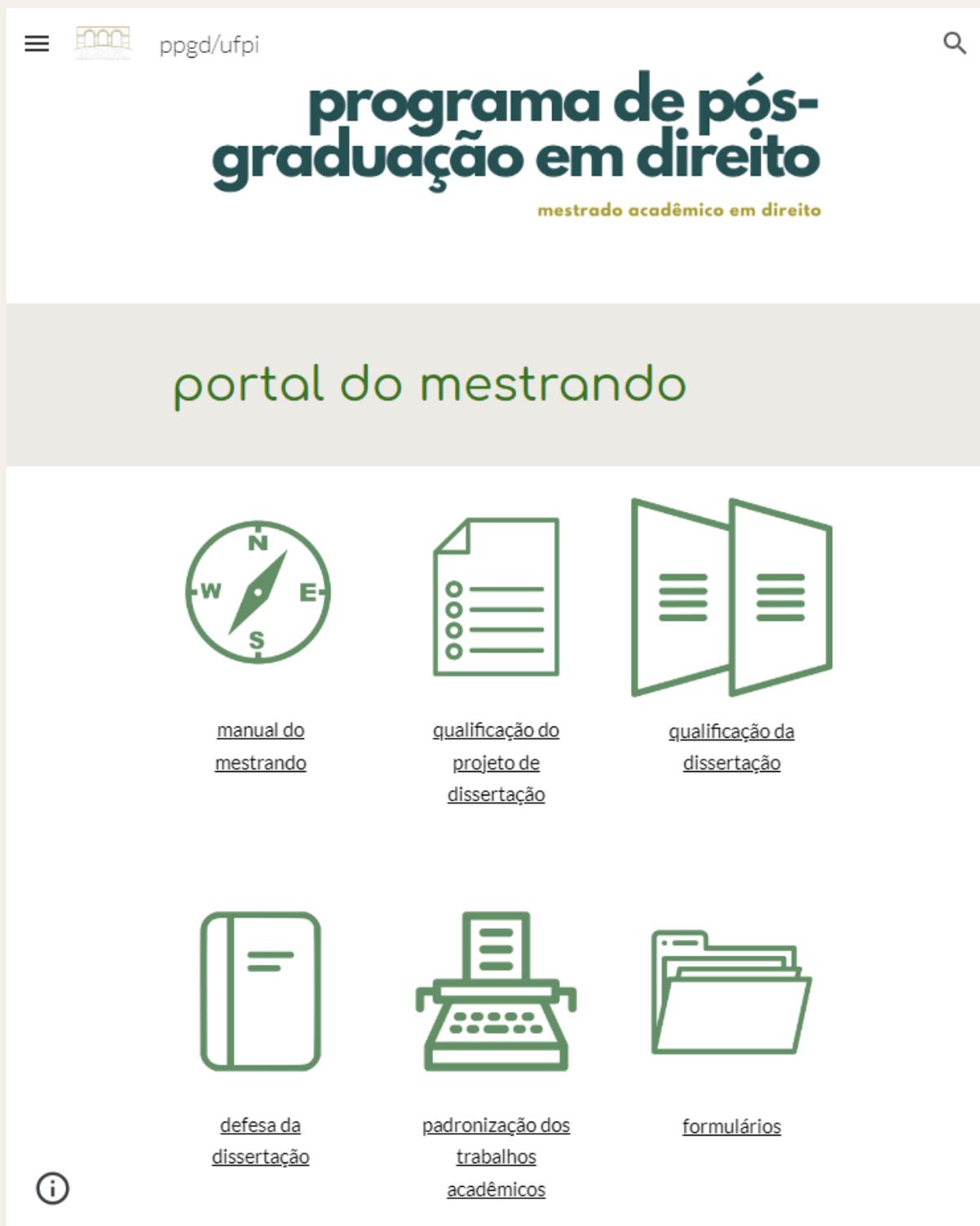
estrutura curricular

comunicados

processo seletivo

<https://ppgd.ufpi.edu.br>

# ppgd na internet



The screenshot shows the website for the PPGD (Programa de Pós-Graduação em Direito) at UFPI. The header includes a menu icon, the UFPI logo, the text 'ppgd/ufpi', and a search icon. The main title is 'programa de pós-graduação em direito' with the subtitle 'mestrado acadêmico em direito'. Below this is a grey banner with the text 'portal do mestrando'. The main content area features six green icons with corresponding text links: a compass for 'manual do mestrando', a document for 'qualificação do projeto de dissertação', an open book for 'qualificação da dissertação', a book for 'defesa da dissertação', a typewriter for 'padronização dos trabalhos acadêmicos', and a folder for 'formulários'. An information icon is located in the bottom left corner.

ppgd/ufpi

## programa de pós-graduação em direito

mestrado acadêmico em direito

### portal do mestrando

-  [manual do mestrando](#)
-  [qualificação do projeto de dissertação](#)
-  [qualificação da dissertação](#)
-  [defesa da dissertação](#)
-  [padronização dos trabalhos acadêmicos](#)
-  [formulários](#)



<https://ppgd.ufpi.edu.br/portal-do-aluno>

# ppgd na internet



The screenshot shows the website for the PPGD (Programa de Pós-Graduação em Direito) at UFPI. The header includes the logo and navigation menu with items: 'Início', 'Mestrado', 'Grupos de pesquisa', 'Seleção de ingresso', and 'Mais'. The main heading is 'programa de pós-graduação em direito' with the subtitle 'mestrado acadêmico em direito'. Below this is a section titled 'formulários' (forms) with a keyboard icon. A list of links is provided: 'Formulários para matrícula institucional', 'Formulários para matrícula curricular', 'Formulários para qualificação e defesa (todos reunidos)', 'Formulários para qualificação do projeto de dissertação', 'Formulários para qualificação da dissertação', 'Formulários para defesa da dissertação', 'Modelos para o orientador (qualificação e defesa)', 'Formulários para solicitação do diploma', and 'Formulários para estágio docência'. At the bottom of the page is a section titled 'instruções normativas do ppgd' with an information icon.

<https://ppgd.ufpi.edu.br/documentos>

# ppgd nas redes sociais

---



@ppgdufpi



Mestrado em  
Direito da  
UFPI

# ppgd nas redes sociais

---



@21republica



@grupoestadoufpi



@direitocivilxxi



@institutoepc



República UFPI

# Programa de Pós-Graduação em Direito

Universidade  
Federal  
do Piauí



